

IMPLICAÇÕES DO TRABALHO EM COOPERATIVAS DE PLATAFORMA NO CONTEXTO DA PRECARIZAÇÃO: o que uma Revisão Sistemática de Literatura pode apontar

ANA CAROLINE RAMOS ROCHA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

DÉBORA COUTINHO PASCHOAL DOURADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

FRANCISCO RICARDO FONSECA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

Agradecimento à órgão de fomento:

Agradecemos aos pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em administração da Universidade Federal de Pernambuco - PROPAD/ UFPE, e ao Grupo de pesquisa Observatório da Realidade Organizacional UFPE pela oportunidade de leituras, estudos e discussões sobre a temática do cooperativismo de plataforma e os desafios de mudar a realidade precarizante das condições do trabalho digital no mundo e no Brasil através da participação de trabalhadores nas decisões, da propriedade coletiva, da inserção de trabalhadores em projetos sociais e da sustentabilidade social e ambiental.

IMPLICAÇÕES DO TRABALHO EM COOPERATIVAS DE PLATAFORMAS NO CONTEXTO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: o que uma Revisão Sistemática de Literatura pode apontar

1 Introdução

As transformações na economia mundial nos últimos anos apresentaram a criação e expansão da economia de compartilhamento como um estágio de intensas trocas comerciais entre empresas e consumidores intermediado pelos aplicativos móveis (Scholz & Schneider, 2016). A facilidade e a rapidez do uso dos celulares, e tablets para realizar as compras de produtos, porém, não trouxeram maiores benefícios sociais, o cenário que emergiu foi o agravamento de desigualdade de riquezas entre empresas e trabalhadores, favorecendo o surgimento do movimento de Cooperativismo de plataforma ou as plataformas cooperativas.

O cooperativismo de plataforma surgiu em 2014 com os estudos do professor Trebor Scholz, da The New School, Nova York, para denominar plataformas de propriedade coletiva criadas pelos trabalhadores, e usuários a fim de mudar o padrão inicial de propriedade da internet, concentrado nas empresas Google, Apple, Amazon, Microsoft, as Bigs Techs.

O Cooperativismo de Plataforma é um movimento inicialmente acadêmico de questionamento à essência da economia de compartilhamento, apresenta reflexões para mudança de mentalidade das pessoas para a criação de outros modelos de propriedade de internet. A dimensão crítica do cooperativismo de plataforma busca fomentar o debate e a ação para a mudança da realidade da economia de compartilhamento, essencialmente concentradora de lucros para poucos, ambiente de estímulo ao trabalho flexível sem perspectivas de proteção de direitos aos trabalhadores e o foco no abandono da ideia de posse definitiva e propriedade de bens, para promover o estímulo a uma economia dos acessos, reutilização de bens e do consumo em massa por meio de aplicativos.

As cooperativas de plataformas são organizações sociais emergentes no âmbito internacional e no Brasil, a maioria estão concentradas na Europa como Fairmondo (Alemanha), Smart Cooperative (Bélgica), no Brasil já existem algumas iniciativas como Señoritas courier (São Paulo- SP), Pedal Express (Porto Alegre- RS), e Despatronados (Rio de Janeiro-RJ).

No mundo existem aproximadamente 250 iniciativas que adotam o modelo do cooperativismo de plataforma, mas os modelos bem sucedidos são poucos ainda e limitados em sua capacidade escalar de produção, as cooperativas do Norte global, localizadas na América do Norte e na Europa, se apresentam como negócios inseridos localmente, e de pequena escala para atender consumidores locais que valorizam a sustentabilidade nas práticas de produção e de consumo, com base no relatório da Organização Internacional do Trabalho (Ilo, 2021).

No sentido de aproveitar os benefícios dos modelos de plataformas digitais e conseguir crescimento econômico, as cooperativas de plataformas apresentam ambivalências que são definidas como a coexistência de práticas com interesses marcados pela lógica empresarial de mercado e a lógica social centrada nas amplas mudanças sociais. Dessa maneira, Scholz et. al., (2021) define as cooperativas de plataformas como empresas de plataformas que usam um site, aplicativo móvel para mediar as vendas de bens e serviços, com foco no aspecto da dependência da tomada de decisão democrática e da propriedade compartilhada da plataforma.

A cooperativa de plataforma Smart com sede na Bélgica, constituída como cooperativa de trabalhadores de artistas freelancers, possui características de uma empresa cooperativa com objetivos de fornecer direitos do trabalho assalariado aos trabalhadores artistas que não possuem proteção de benefícios pelas políticas sociais do governo Belga (Charles; Ferreras; & Lamine, 2020). A Smart possui elevado número de cooperados que acreditam no formato das plataformas cooperativas para gerar responsabilidade na organização da plataforma e capacidade coletiva para criar condições melhores de trabalho.

Neste sentido de criação de plataformas alternativas que proporcionem compartilhamento da propriedade e condições de trabalho mais digno mesmo na realidade de precarização, este artigo possui a seguinte questão norteadora: Quais as implicações do trabalho enfrentadas pelos trabalhadores de cooperativas de plataforma no cenário de precarização? O objetivo deste artigo é mapear as implicações do trabalho em cooperativas de plataformas no contexto da precarização do trabalho. A justificativa desse estudo reside na ampliação do entendimento das implicações, advindas do movimento do cooperativismo de plataforma no âmbito global, recebidas pelos trabalhadores.

Este artigo está organizado em cinco seções. A primeira seção apresenta a introdução. Em seguida, a fundamentação teórica, na terceira seção serão descritos os procedimentos metodológicos junto com todas as escolhas de método para realização da revisão sistemática da literatura. Na quarta seção, são apresentados as discussões e pontos realçados com vistas a uma agenda de pesquisa. E, por fim, a conclusão.

2 A precarização do trabalho

Nos últimos anos, o avanço do processo de digitalização foi materializado pelo surgimento de tecnologias digitais que permitiram o aumento da eficiência nas atividades de produção nas empresas, principalmente a partir de 1980 (Papadimitropoulos, 2021), época em que as empresas foram muito influenciadas pela criação da World Wide Web potencializando a globalização econômica com a internacionalização dos mercados.

A exemplo de tecnologias de digitalização de documentos em papel e softwares que permitiram o armazenamento de documentos em nuvem, os ganhos de eficiência foram elevados para as empresas com a economia de despesas com compras de materiais e manutenção de espaços físicos. Além disso, a digitalização provocou mudanças no ambiente de trabalho nas empresas que aderiram ao modelo organizacional das plataformas digitais, as corporações capitalistas tornaram-se digitais aproveitando as facilidades tecnológicas para gerar mais formas de obtenção de lucro por meio do trabalho digital de uma nova classe trabalhadora: o novo proletariado de serviços da era digital (Antunes, 2020).

As plataformas digitais representam modelos organizacionais que passaram a ser mais amplamente adotados após o cenário da Covid- 19 (Törnberg, 2023), são infraestruturas digitais que disponibilizam vários serviços e produtos com facilidade de conexão entre clientes e trabalhadores/as através de aplicativos (Cañada et al., 2023).

O estudo intitulado Viagens de descobrimento: mapeando a geografia da economia de plataforma, evidencia que existem 3.147 empresas em todo o mundo que atuam como plataformas digitais, a maior concentração está nos Estados Unidos (EUA) com 27% de plataformas digitais e na China com 32%, o estudo mostrou ainda que não há um quantitativo expressivo de plataformas no sul global, esse efeito pode ser devido à alta concentração de plataformas nos países do norte global, onde estão localizadas as sedes das empresas como Amazon, Google, Uber e Airbnb (Silva neto, Chiarini, & Ribeiro, 2022).

Os avanços do capitalismo financeiro – informacional trouxeram o aumento da digitalização nas empresas, associado também a ampliação do setor de serviços na economia digital (Antunes, 2020). Muitos trabalhadores/as tiveram a rotina de trabalho alterada pela introdução de mudanças decorrentes dos processos de terceirização, prática de gestão caracterizada pela transferência da execução e organização das atividades- meios do negócio para outras empresas, e das mudanças com a introdução do trabalho intermitente, forma de trabalho flexível que possibilitou a flexibilização com diminuição dos direitos de salário e jornada fixa aos trabalhadores, prevista na reforma trabalhista brasileira instituída na Lei n. 13. 467, de 13 de julho de 2017 (Brasil, 2017).

As mudanças no trabalho fazem parte de um conjunto de transformações que há muito tempo já ocorrem no cenário internacional com os avanços das práticas de gestão capitalista que promovem a reestruturação da estrutura organizacional tornando mais automatizado os processos de produção de mercadorias nas empresa, e com as práticas de flexibilização para tornar mais competitiva a grande empresa, esse cenário de mudanças trouxe a intensificação da precarização pela oportunidade criada de maior exploração dos trabalhadores/as com o trabalho digital, um trabalho realizado sem requisitos de alta qualificação, temporário e estimulado pelo salário por produtividade para aumentar a quantidade da produção.

Em abril de 2018, o empresário Elon Musk fundador da empresa Tesla, fabricante de carros elétricos com sede em São Francisco nos Estados Unidos, concedeu entrevista à rede de televisão americana CBS, e relatou sobre as transformações das tecnologias digitais como a robótica na produção do Model 3, “sim, a automação excessiva na Tesla foi um erro, um erro meu. Os humanos são subestimados” (Gazeta do povo, 2018).

A elevada expectativa do aumento de produtividade com o trabalho das máquinas na Tesla trouxe a diminuição dos ganhos que tornaram o processo de produção custoso e sem lucratividade, o trabalho do maquinário no auxílio da produção é o trabalho morto, discutido por Marx na sua obra principal O capital escrito em 1867, não mais eficiente e lucrativo que o trabalho vivo, ou seja, o trabalho humano no setor de produção da Tesla.

A automação gera um duplo efeito na organização do mercado de trabalho e na força de trabalho. Por um lado, muitos/as trabalhadores/as são expulsos/as do trabalho formal assalariado pela intensa automação nas empresas. Por outro lado, esses/as trabalhadores/as são absorvidos/as pelo trabalho informal com a admissão em trabalhos precários nas plataformas digitais como mão de obra barata e abundante (Törnberg, 2023).

A precarização do trabalho decorre da flexibilização das formas de trabalho cujo efeito é o aumento da vulnerabilidade social para os trabalhadores (Charles; Ferreras; & Lamine, 2020). No contexto da economia de plataforma, o problema social da precarização foi agravado pela ausência de legislação específica sobre a relação de trabalho constituída entre as plataformas digitais e os/as trabalhadores/as assim como pela invisibilidade da relação de trabalho com a desconfiguração do vínculo contratual formal. O fenômeno da precarização do trabalho por plataformas tem sido responsável por fragilizar os vínculos formais de trabalho, os direitos dos trabalhadores, a organização coletiva e a representação sindical (Cañada et al., 2023).

A precarização do trabalho nas plataformas digitais envolve as atividades com nível de qualificação baixo e de realização rápida, caracterizado como trabalho sob demanda que possui as características do sistema de produção *just in time* japonês, com origens nos anos 50 pela empresa Toyota, no qual apenas se produz mercadorias quando há uma demanda (Magalhães, 2023).

3 O Cooperativismo de plataforma

A partir das consequências nefastas do trabalho flexível nas plataformas digitais evidenciada na precarização das condições de trabalho por meio dos baixos salários praticados e longas jornadas de trabalho, ambientes de debates críticos surgiram no mundo incentivado por pesquisadores e movimentos sociais de resistência à precarização do trabalho nas plataformas, propagando o movimento global intitulado Cooperativismo de Plataforma (Grohmann, 2022).

O termo Cooperativismo de Plataforma foi criado pelo professor Trebor Scholz em um artigo intitulado “Platform Cooperativism Vs. The Sharing Economy” em 2014, cujo termo é apresentado como uma mentalidade de mudanças tecnológicas, culturais, políticas e sociais na economia de plataforma (Sandoval, 2020).

O cooperativismo de plataforma propõe que organizações alternativas de trabalho coletivo baseadas na propriedade e controle democrático da plataforma podem ser estratégias possíveis para enfrentar o poder econômico hegemônico das plataformas digitais, reduzindo a exploração do trabalho através de melhorias nas condições econômicas dos salários, dos benefícios pela lógica da distribuição justa dos lucros, e o favorecimento da qualidade de vida dos trabalhadores (Cañada et al., 2023; Foramitti et al., 2020; & Fuchs, 2021).

O conceito de cooperativismo de plataforma possui marcadores de inovação e de tradição, são esses marcadores formados com a combinação do tradicionalismo da empresa cooperativa com a inovação de um modelo de propriedade de internet mais justo, que ajudam a entender como essas organizações com estruturas mais descentralizadas inovam pela diferença das práticas de gestão dirigidas ao empoderamento, a inclusão social e a democracia nas plataformas (Scholz & Schneider, 2016; Van Doorn, 2017).

Os princípios do Cooperativismo de plataforma apresentam o entendimento dos objetivos do trabalho realizado pelas cooperativas de plataformas, como: a propriedade coletiva da plataforma; o pagamento decente e a seguridade de renda; a transparência e portabilidade de dados; a apreciação e o reconhecimento; o trabalho codeterminado; a moldura jurídica protetora; as proteções trabalhistas portáteis e benefícios; a proteção contra o comportamento arbitrário; a rejeição a vigilância; e o direito de se desconectar (Scholz, 2016).

As cooperativas de plataformas também estimulam um movimento de mudança de valores culturais e políticos como a justiça social e a democracia para o ambiente do trabalho digital dominado pela excessiva competição e precarização do trabalho na Gig economy, essa mudança é o foco de análise da pesquisa de Metts (2015) que se debruça para compreender como as cooperativas de plataformas de propriedade de trabalhadores podem trazer a democracia e a igualdade social para a formação de negócios na plataforma.

A emergência do conceito de cooperativismo de plataforma não só apresenta esse novo modelo de organização do trabalho como resistência à precarização e a exploração do trabalho, mas como uma alternativa positiva de condições de trabalho para criar outra propriedade de internet conforme conceitua Scholz et.al., (2021, p.12), “Cooperativas de plataforma são empresas que usam um site, aplicativo móvel ou protocolo para vender bens ou serviços”.

O potencial dessas organizações está associado a capacidade de inovação do próprio setor do cooperativismo mundial que pode aproveitar os benefícios das tecnologias digitais e criar plataformas de propriedade mais plural e com atuação em vários setores da economia, Muldoon (2020) comenta que existem aproximadamente 400 plataformas cooperativas em 97 países acompanhadas pelo Platform Cooperativism Consortium, sediado na New School, em Nova York. A intenção de inovação do ecossistema cooperativo atende aos anseios da sociedade civil que reconhece o impacto econômico e social das cooperativas desde o período da fundação da primeira cooperativa a Rochdale Society of Equitable Pioneers em 1844 até os dias atuais, o ecossistema cooperativo pode empregar mais pessoas que estão na condição de informalidade e terem assim condições qualificadas de vida no trabalho.

As pesquisas sobre o cooperativismo de plataforma no Brasil discutem o movimento como entrada de empresas cooperativas no ambiente da economia de plataforma, e alternativa que se opõe aos avanços da plataformização do trabalho, Grohmann (2022) aponta que a emergência de plataformas de propriedade de entregadores nos países Espanha, França, e Brasil representa uma maneira de organização do trabalho diferenciado que pode melhorar as condições de renda por meio da autogestão da plataforma e do uso das mídias sociais para comunicação entre trabalhadores e entre cooperativas.

O cooperativismo no Brasil é um fenômeno emergente, Zanata (2022) apresenta que existem dois ambientes distintos, o primeiro ambiente se constitui pelo setor do cooperativismo de plataforma institucionalizado formado por cooperativas, e o segundo ambiente é o cooperativismo de plataforma não institucionalizado formado por plataformas organizadas por

coletivos e grupos autônomos, que defendem valores e direitos associados a cooperação, economia solidária, transparência de dados, trabalho decente, cidade sustentável, inclusão social e qualidade do emprego na plataforma.

Sandoval (2020) apresenta que existem desafios a essas organizações cooperativas digitais centrados no aspecto ambivalente, por um lado buscam promover a solidariedade de trabalhadores através da propriedade coletiva e democrática para contrapor ao trabalho isolado e individual das plataformas tradicionais, por outro lado, atuam como empresas comerciais inseridas na dinâmica da venda de bens e prestação de serviços por preços mais baixos.

Muldoon (2020) discute que as ambivalências ocorrem em torno dos objetivos do movimento e de suas relações com a realidade existente na economia de plataforma, por um lado as cooperativas estariam do lado das empresas com fins lucrativos através da oferta de produtos com valores mais baixos que beneficiam os consumidores e membros das cooperativas, por outro lado as cooperativas atuam como organizações de resistência ao capitalismo e são modelos de transição para uma sociedade pós-capitalista.

As críticas ao modelo cooperativo apresentam vários focos de análise que nos levam a questionar: Como as cooperativas de plataforma representam uma alternativa ao trabalho precário existente no contexto da gig economy, considerando que utilizam práticas de negócios com fins de comercialização como as empresas? Marx apresenta como contraditório os ideais das cooperativas, a democracia social proposta pelos trabalhadores de cooperativas e as práticas de mercado praticadas quando inseridas no ambiente de concorrência, o sistema capitalista não estaria ameaçado em suas bases amplas de produção pela atuação das cooperativas de plataforma, mas sim existiriam possíveis chance de cooptação das cooperativas para sustentar a informalidade de trabalhadores e promover o próprio capitalismo.

Nesse sentido de compreensão das ambivalências, os conceitos de campo e de *habitus* criados pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1989) permitem também entender como as ambivalências interferem na imagem e na atuação das cooperativas de plataforma.

O campo é o espaço de ações dos agentes caracterizado pelas relações objetivas geradas a partir das posições ocupadas pelos agentes e instituições, com base no poder que cada um dispõe (Bourdieu, 1989). O campo econômico é formado por um lado, pelos agentes de cooperativas que não possuem poder econômico baseado em capital financeiro e sim poder cultural decorrente da solidariedade dos membros, e por outro lado pelos agentes de empresas que possuem maior nível de poder econômico tendo em vista possuírem organização baseada em grandes investimentos financeiros de outras empresas. No campo econômico as cooperativas estão em situação de desvantagem em relação às empresas o que permite inferir que as relações econômicas tenderão a acontecer preferencialmente entre empresas capitalistas implicando em isolamento ou perdas de mercado para as cooperativas, essa realidade influencia as cooperativas a buscarem outras formas de atuação no campo sob o risco de dissolução da solidariedade e perda de poder de posição no mercado.

O conceito de *habitus* apresenta a ideia de uma disposição à internalização da configuração da estrutura social pelos agentes sociais podendo ser manifestada no pensar, agir e comunicar dos agentes (Bourdieu, 1989), dessa forma a cultura de solidariedade que impulsiona os trabalhadores a decidirem pela criação de uma cooperativa pode influenciar significativamente os espaços ocupados pelos agentes das cooperativas tornando as posições ocupadas pelos agentes no espaço também marcos de características dessa cultura de solidariedade para a gerar mudanças sociais, assim as práticas sociais realizadas pelos agentes de cooperativas são diferenciadas das práticas sociais dos agentes das empresas .

Porém, a realidade dos trabalhadores de cooperativas de plataforma ainda é predominantemente cercada por indicadores de precariedade das condições de trabalho que trazem implicações dessa realidade do trabalho precário nas dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais.

As implicações sociais do trabalho enfrentadas por esses trabalhadores referem - se às condições de trabalho, que resultam em um ambiente de trabalho sem exploração e competição entre trabalhadores, promovendo oportunidades de empregos mais estáveis e espaços de trabalho mais colaborativos e com aumento da qualidade de vida dos trabalhadores (Foramitti et al., 2020; Grohmann, 2022; Margaret, 2020).

As cooperativas de plataforma podem desenvolver um fluxo de processos para uma produção social útil que atenda aos objetivos de criar produtos de alcance social, com base também nos princípios da economia social e solidária (Papadimitropoulos, 2021; Schor & Vallas, 2021).

Outra implicação econômica é a possibilidade de haver uma melhor distribuição de riqueza pelo incentivo à entrada de outros concorrentes no mercado online de vendas e compras de produtos e serviços por plataformas cooperativas (Cañada et al., 2023).

A participação dos trabalhadores na tomada de decisão nas cooperativas de plataformas permite também evitar condições de alienação no trabalho gerado pelas condições de exploração do trabalhador nas plataformas tradicionais, tanto dos elementos associados a submissão do corpo, do tempo e da sua força de trabalho como dos elementos associados a ação organizada e coletiva da classe trabalhadora nas plataformas (Chatterton & Pusey, 2020).

Assim, os trabalhadores de plataforma cooperativa vivenciam também implicações culturais, marcadas pela defesa do compartilhamento aberto dos dados com fins responsáveis para gerar informações úteis que possam criar projetos com benefícios sociais, e não necessariamente com o foco exclusivo na comercialização de produtos para gerar lucros (Jack, 2020).

Trata-se assim de uma forma de organização do trabalho alternativa e que parece possuir um potencial significativo de implicações, muitas ainda a serem reveladas. É justamente este aspecto do potencial alternativo inerente, que se fundamenta o uso do método deste trabalho, da Revisão Sistemática de Literatura, detalhada na seção seguinte.

4 Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa adotou o *design* metodológico da revisão sistemática da literatura (i.e., RSL), com abordagem qualitativa-configurativa, conforme as recomendações de Gough, Oliver e Thomas (2017). Optou-se por esse tipo de revisão devido a sua maior abrangência e profundidade quanto: i) ao mapeamento e síntese dos padrões estruturantes, fornecidos pela heterogeneidade das evidências, acerca das implicações do cooperativismo de plataforma relativas à precarização do trabalho; ii) ao desenvolvimento de uma renderização conceitual coerente do fenômeno investigado.

As diretrizes dos modelos propostos por Kitchenham e Charters (2007) e Snyder (2019) fundamentaram a sequência dos processos estruturantes desta RSL. As três etapas básicas foram: i) planejamento, ii) condução, e iii) elaboração de relatório. O planejamento definiu as questões e o protocolo de pesquisa da revisão. A condução envolveu a busca e seleção dos estudos primários relevantes nas bases de dados digitais, assim como a extração e síntese das evidências encontradas de acordo com o protocolo. Por fim, o relatório consistiu na divulgação dos resultados da pesquisa. As etapas de planejamento e condução são apresentadas nessa seção; enquanto a última etapa, que resume os resultados e revisita a questão de pesquisa, é discutida na subseção 4.2. A operacionalização dos procedimentos analíticos das etapas de planejamento e condução contou com o auxílio dos *softwares Start¹* e *ATLAS ti*.

4.1 Planejamento e Condução da RSL

O planejamento foi dividido em oito etapas: (i) a formulação das questões de pesquisa; (ii) a definição das *strings* de busca; (iii) a definição das estratégias de pesquisa; (iv) a definição das bibliotecas digitais usadas na revisão; (v) a seleção dos estudos com critérios de inclusão e exclusão dos estudos; (vi) a definição dos critérios para avaliar a qualidade dos estudos primários selecionados; e, finalmente, (vii) a especificação dos dados e como eles foram extraídos dos estudos selecionados.

A questão de pesquisa que norteou os esforços dessa revisão foi: Com base na literatura acadêmica de cooperativismo de plataforma, quais são as implicações do trabalho em cooperativas de plataforma no contexto da precarização? Em seguida, elaborou-se a *string* de busca, cuja finalidade foi identificar os estudos (primários) relevantes que foram extraídos do acervo das bibliotecas digitais consultadas (Jesson; Matheson; & Lacey, 2011). A *string* foi construída com base nas palavras-chaves da pergunta de pesquisa: trabalho precário/*precarious work*, cooperativas de plataforma/*platform cooperatives* e implicações/*implications*. A combinação desses termos com suas respectivas expressões¹ conectados aos operadores OR e AND, culminou na *string* final: (“*precariousness*” OR “*precarious work*” OR “*precarious job*” OR “*precarious employment*”) AND (“*platform cooperativism*” OR “*platform cooperatives*”) AND (“*implications*” OR “*impacts*” OR “*compensation*”). Optou-se por utilizar a *string* em inglês para garantir que a busca por estudos primários nas bibliotecas digitais fosse altamente sensível, sem comprometer a precisão da RSL.

O próximo passo envolveu os processos de busca e extração dos estudos primários em oito bibliotecas de dados digitais: *Scopus*, *Web of Science*, *JSTOR*, *Wiley Online Library*, *Emerald Insight*, *SAGE Journals Online*, *Science Direct*, e *Taylor & Francis Online*. Para efeitos deste estudo, priorizou-se manusear uma ampla quantidade de bibliotecas para elevar os níveis de amplitude e alcance da revisão e, assim, dispor de um maior número possível de publicações primárias. A busca automática foi a única estratégia de pesquisa adotada nessa revisão. Consoante as orientações de Zhang, Babar e Tell (2011), a *string* final foi aplicada diretamente na ferramenta *Search* das referidas bibliotecas, com restrições de dados para artigos, com a finalidade de identificar estudos primários relevantes para a condução dessa investigação. A busca pelas publicações nas bibliotecas foi empreendida no período de março a abril de 2023. A RSL recuperou 215 resultados de pesquisa, sendo 86 (pi = 39%) artigos do *Scopus*; 24 (11%) da *Wiley Online Library*; 22 (pi = 10%) da *JSTOR*; 22 (pi = 10%) da *SAGE*; 20 (9%) do *Web of Science*; 18 (pi = 8%) do *Emerald Insight*; 15 (pi = 7%) do *Science Direct*; 11 (pi = 5%) da *Taylor & Francis Online*.

Os artigos derivados do processo de busca foram extraídos das bibliotecas consultadas e, em seguida, submetidos ao escrutínio dos critérios de inclusão e exclusão. Esses critérios auxiliaram na classificação dos artigos e seleção daqueles que constituíram o *corpus* dessa pesquisa. A definição dos critérios respeitou as recomendações de Batista Duarte et al. (2021). O critério de inclusão foi: (I1) artigos de periódicos, pertencentes a literatura especializada sobre o tema e revisados por pares, que discutiram às implicações do cooperativismo de plataforma para dirimir ou acentuar as condições de precarização do trabalho. Foram excluídos dessa RSL: (E1) estudos duplicados ou com o mesmo conteúdo; (E2) literaturas informais, resumos expandidos, revisões sistemáticas, teses, dissertações, capítulos de livro, artigos de conferências, oficinas e workshops, e artigos de periódicos sem revisão por pares; (E3) artigos que não responderam à questão de pesquisa; (E4) estudos não escritos em inglês; (E5) estudos não disponíveis para *download* ou que não foi possível obter acesso por quaisquer outros meios.

Os critérios de inclusão e exclusão não foram mutuamente exclusivos e, à vista disso, a ordem de executá-los importou (KITCHENHAM & CHARTERS, 2007). Inspirado nas orientações de Jamshidi et al. (2012), segue a ordem de prioridade de aplicação dos critérios: E1, E4, E2,

E3, E5 e I1. Essa sequência foi, particularmente, importante no caso desta revisão, pois dois examinadores externo auditaram o cumprimento desses critérios nos artigos recuperados nessa RSL. O emprego desses critérios ocorreu durante a leitura individual de cada artigo. Iniciou-se a classificação dos artigos pela leitura exploratória dos seguintes elementos textuais: título, *abstract*, palavras-chave, introdução e conclusão. Essa triagem permitiu excluir os estudos notoriamente irrelevantes para os fins dessa revisão. Em alguns casos, as informações extraídas da leitura desses elementos foram insuficientes para substanciar a categorização das publicações. Quando isso aconteceu, realizou-se uma leitura no corpo completo dos artigos remanescentes para classificá-los. Do total de 215 artigos recuperados das bibliotecas digitais, 57 (pi = 27%) foram excluídos por estarem em duplicidade (E1), 30 (pi = 14%) foram caracterizados como artigos de revisão, relatórios, capítulos de livros e resumos (E2), 114 (pi = 53%) não estavam alinhados com a pergunta de pesquisa (E3), e 14 (pi = 6%) foram incluídos na seleção prévia por atenderem o critério I1.

A etapa subsequente envolveu a avaliação da qualidade dos artigos incluídos de antemão para análise e extração dos dados. Fundamentado nas sugestões de Batista Duarte et al. (2021), o fator de impacto de periódicos do *Scientific Journal Ranking* (i.e., SJR) foi o critério bibliométrico utilizado para avaliar a qualidade dos artigos. Foram selecionados apenas artigos publicados em revistas com fator de impacto alto, ou seja, inseridos nos quadrantes Q1 e Q2 na classificação do SJR. O Q1 compreende o quartil dos periódicos com os maiores valores de impacto, isto é, as 25% principais revistas da lista do SJR. Já o Q2 corresponde ao quartil com o segundo maior valor de impacto, ou seja, os periódicos que estão nos 25% a 50% da lista. Os 14 artigos incluídos pelo critério I1 foram selecionados para compor o *corpus* da pesquisa e, como efeito, para a etapa de extração e análise dos dados.

Os procedimentos analíticos da RSL incluíram a técnica bibliométrica de análise de desempenho e a análise temática dos artigos. A análise de desempenho apresentou o histórico das contribuições dos elementos constituintes dos artigos para a literaturas de cooperativismo de plataforma quanto à precarização do trabalho. Conforme as orientações de Donthu et al. (2021), foram usadas métricas relacionadas as publicações e as citações. As medidas bibliométricas das publicações consistiram no total de publicações, publicações por ano, número de autores colaboradores e publicações de autoria única; publicações com co-autores. Já as medidas das citações envolveram número citações por publicação. Enquanto as métricas de publicação são indicadores de produtividade, as de citação são medidas de impacto e influência. As informações pertinentes as citações foram obtidas no *Google Scholar*.

Por sua vez, a análise temática é um método de pesquisa qualitativa direcionado à identificação, organização, categorização e interpretação de padrões dominantes de significado, em um *corpus* de estudo, sobre um fenômeno particular, a partir de análise textual de documentos (BRAUN & CLARKE, 2019). Inspirando-se nas recomendações de Braun et al. (2019), os procedimentos dessa análise envolveram três fases: a) familiarização; b) codificação²; c) construção, revisão e definição dos temas, d) construção do mapa temático, e) síntese. O processo analítico da análise temática foi executado de maneira interativa, reflexiva e recursiva.

A primeira fase da análise temática correspondeu ao processo de familiarização com o conteúdo dos 14 artigos selecionados. Essa fase, consoante Terry et al. (2017), é o ponto de entrada para análise e interpretação dos documentos de um *corpus*. Envolveu o processo de imersão inicial com os artigos para obter *insights* acerca de seus conteúdos, fornecendo uma base incipiente aos sentidos conferidos para interrogar e, assim, começar a explorar suas possibilidades de compreensão e conexões acerca do fenômeno investigado. A familiarização ocorreu durante a leitura dos artigos na etapa de avaliação da qualidade. A segunda fase remeteu ao processo de codificação dos segmentos significativos de cada um dos artigos. Essa fase consistiu em atribuir, de maneira sistemática, sucinta, rigorosa e abrangente, rótulos — i.e., códigos — aos fragmentos/trechos, compreensíveis por si só, dos artigos, que detinham

informações relevantes para compreender as facetas do fenômeno de interesse (BRAUN et al., 2019). Os segmentos significativos foram codificados individualmente à medida que eram identificados. Um mesmo segmento pode ser rotulado com mais de um código. Os códigos criados na leitura do primeiro artigo serviram para rotular o segundo e assim por diante. Esses códigos possuíam caráter provisório e foram revisados ao final do processo. Os códigos ensejaram interpretações superficiais do sentido denotativo do conteúdo dos documentos analisados (BRAUN et al., 2019). Não houve, portanto, uma preocupação de estabelecer as relações e/ou os padrões existentes entre os segmentos significados de um artigo, ou entre eles.

Após a codificação de todos os segmentos significativos, iniciou-se o processo de construção e rotulação das unidades de sentido. As unidades representam agrupamentos de segmentos que expressam uma ideia completa e, suficientemente, coerente de algo. Segmentos que compartilhavam códigos foram agrupados em suas respectivas unidades. Elas corresponderam a concepções específicas e focadas do fenômeno estudado, a fim de estabelecer uma posição mais abrangente composta das alegações relacionadas entre si. Com o término da codificação das unidades, foi gerada uma lista compilada de códigos, como sugerem Clarke et al. (2019). Essa lista permitiu identificar, adequadamente, tanto a padronização, quanto a diversidade de significados relevantes presentes nas unidades. Similar ao procedimento conduzido nos segmentos significativos, as unidades foram codificadas individualmente à proporção que eram construídas e organizadas conforme seus códigos.

A terceira fase correspondeu a construção de temas e subtemas potenciais respaldados na codificação das unidades de sentido. Os códigos foram combinados, agrupados ou excluídos para formar temas potenciais. Os temas são ideias abstratas que capturam significados implícitos e, por vezes, explícitos e concretos presentes nas unidades de sentido (BRAUN et al., 2019). Os temas corresponderam aos padrões de significado evidenciados de forma explícita ou conceitual nas unidades (TERRY et al., 2017). As unidades que partilhavam de códigos semelhantes foram agrupadas em temas. Essa fase objetivou construir e identificar padrões nos artigos analisados, consoante os direcionamentos de Braun e Clarke (2006a). Os temas resultaram de um trabalho analítico considerável mediante a exploração e construção de compreensões de significado padronizado em todo o conjunto de unidades (BRAUN; CLARKE, 2012; TERRY et al., 2017; BRAUN et al., 2019). Os rótulos temáticos serviram para explicar grandes porções de um conjunto de dados e, assim, revelar o que as unidades diziam sobre o fenômeno investigado. Eles uniram unidades de sentido díspares ou significados existentes em contextos múltiplos e variados (DESANTIS & UGARRIZA, 2000). Isso possibilitou comparar de todas as unidades codificadas nos temas identificados, de modo a encontrar os padrões de significado.

Similar aos códigos, a construção de temas foi um processo subjetivo e interpretativo (TERRY et al., 2017). Os temas são flexíveis e abertos a mudanças (BRAUN et al., 2019). Na quarta fase, os temas foram revisados, sendo reformulados ou, até mesmo, rejeitados em alguns casos, consoante as recomendações de Terry et al. (2017). Isso assegurou que os temas refletissem necessariamente o agrupamento de unidades e o conjunto total dos dados. Os temas que se mantiveram após a fase revisão capturaram de forma clara, coerente, abrangente e concisa o que há de significativo nas unidades de significados. O Quadro 1 no Apêndice A ilustra o processo de construção de códigos, unidades de sentido e temas.

O processo de revisão dos temas deu início a quinta fase, isto é, a construção do mapa temático. O mapa foi desenvolvido seguindo as orientações de Terry et al. (2017). Eles são ferramentas visuais que representam os temas, identificando e fundamentando os conceitos centrais compartilhados por toda uma gama de códigos. Além de trazer à tona temas, o objetivo desse mapa foi compreender as conexões entre os temas para fornecer uma interpretação coerente e convincente da organização central do padrão significativo do fenômeno, bem como das diferentes manifestações desse padrão (TERRY et al., 2017; BRAUN et al., 2019). A última

fase correspondeu a síntese interpretativa do mapa temático, ou seja, a construção de narrativa analítica sobre os temas, baseado nos extratos dos segmentos e unidades selecionados, capaz de conferir sentido à padronização e à diversidade de significados (BRAUN & CLARKE, 2006a).

4.2 Apresentação e Análise dos Dados: Síntese

4.2.1 Análise bibliométrica dos artigos

Os resultados apresentados pelas métricas de publicação revelam que a produção de conhecimento acerca das questões atreladas às implicações do trabalho em cooperativas de plataformas no contexto da precarização é bastante recente. A publicação de artigos concentra-se no período de 2017 a 2023, distribuindo-se da seguinte maneira: 01 (pi = 7,15%) artigo em 2017, 01 (pi = 7,15%) em 2018, 05 no ano de 2020 (pi = 35,7%), 03 (pi = 21,4%) em 2021, 01 (pi = 7,15%) em 2022, e 03 (pi = 21,4%) em 2023. Pode-se observar que metade dos artigos possui autoria única, enquanto os demais possuem co-autores. Constatou-se que 25 pesquisadores colaboraram como autores desses artigos. Apenas 02 artigos compartilham de uma mesma autora.

No tocante as métricas de citação, observa-se que, coincidentemente, o artigo publicado em 2017 foi o que apresentou o maior número de citações. O texto “*Platform labor: on the gendered and racialized exploitation of low-income service work in the ‘on-demand’ economy*”, de autoria de Niels van Doorn, chamou atenção por ter sido citado 727 vezes. Em comparação com os demais artigos, o único estudo citado mais de 100 vezes foi “*Beyond capitalist enclosure, commodification and alienation: Postcapitalist praxis as commons, social production and useful doing*”, de Chatterton, P. and Pusey, A. Os artigos publicados em 2023 foram os menos citados, como já esperado devido a serem muito recentes.

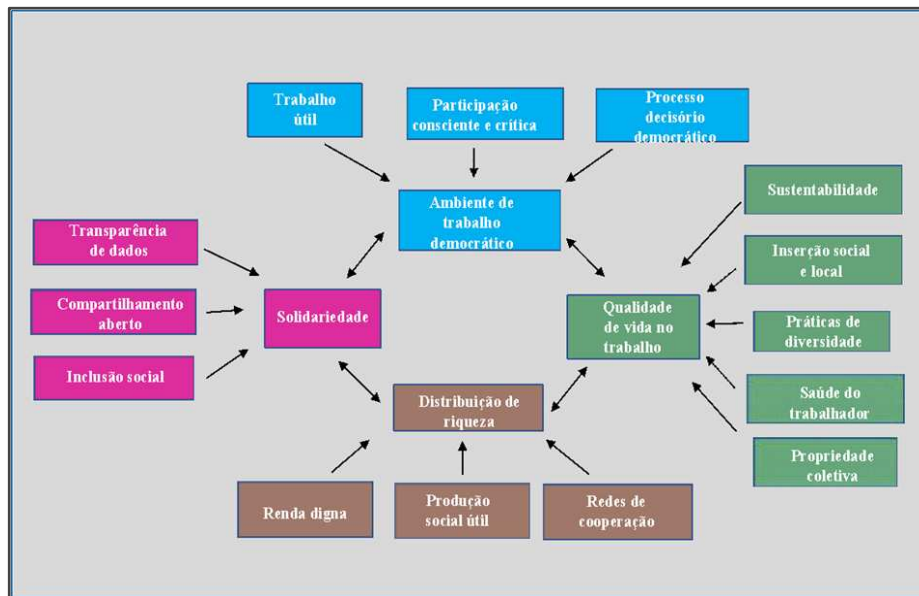
4.3 Análise temática

Para efeitos da análise temática dos artigos usamos uma estrutura padronizada com base no protocolo de pesquisa para identificar as principais informações, como: o objetivo principal do artigo, os procedimentos metodológicos utilizados para o alcance dos resultados (tipos de pesquisa, tipo de coleta de dados, e forma de análise de dados), os resultados, e as conclusões. O programa ATLAS.ti possibilitou a localização de citações diretamente no texto, a codificação, o agrupamento de códigos e a criação de redes de acordo com as relações dos códigos para posterior interpretação.

Os padrões de significado identificados nos artigos possibilitaram a criação indutiva de 14 códigos que explicam parte da lógica do processo de implicação do trabalho em cooperativas de plataforma no contexto de precarização. Em seguida, iniciamos a submissão dos códigos criados a partir das citações selecionadas nas publicações ao processo de interpretação, para poder identificar temas que sintetizassem os códigos definidos e o processo de implicação do trabalho em cooperativas de plataformas. Foram criados quatro temas acerca das implicações da precarização do trabalho no cooperativismo de plataforma: i) qualidade de vida no trabalho; ii) distribuição de riqueza; iii) ambiente de trabalho democrático; iv) solidariedade. Cada um desses temas é constituído por sub-temas, conforme exhibe o mapa temático da Figura 1. Esses temas denotam a compreensão do processo relacional entre a precarização do trabalho e as formas organizacionais alternativas à exploração do trabalho mediadas pelas tecnologias digitais, os quatro componentes favorecem o avanço das pesquisas sobre o enfrentamento do desemprego e do trabalho precário gerado a partir da demissão de funcionários das corporações e sobre quais são os aspectos que precisam ser priorizados no trabalho cooperativo de

plataforma para evitar a centralidade no empreendedorismo do ativismo social (Sandoval, 2020) e a precarização do trabalho.

Figura 1- Mapa temático das implicações do trabalho no cooperativismo de plataforma no contexto da precarização



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Os trabalhadores ficaram mais expostos a condições precárias com a pandemia covid-19, mas a pandemia foi o cenário de lutas pela sobrevivência e pelo trabalho por meio da criação de plataformas de propriedade dos trabalhadores, essa motivação coletiva encontra respaldo na argumentação de Antunes (2020) sobre a necessidade de buscar sentido ao trabalho humano no conturbado século XXI marcado ainda pelo trabalho que explora, aliena e reduz a vida a corrida desenfreada pelo lucro e o capital econômico.

A qualidade de vida no trabalho envolve a consideração da qualidade do emprego para os/as trabalhadores/as das cooperativas de plataforma, as condições criadas com o modelo organizacional da propriedade coletiva da plataforma trazem uma mudança de visão e execução das atividades na plataforma cooperativa pelos/as trabalhadores/as contribuindo para que as condições de qualidade de vida sejam experimentadas por todos/as (saúde do/a trabalhador/a, inserção social e local dos/as trabalhadores/as, sustentabilidade de recursos, e a diversidade).

A distribuição de riqueza se refere à criação de práticas econômicas que favoreçam a produção social voltada para gerar benefícios sociais amplos e a segurança do emprego e da renda. A forma de produção social das cooperativas de plataforma pode alterar esse cenário exploratório devido ao incentivo à concorrência com a entrada no mercado de cooperativas que pretendem aplicar o preço baixo para atrair clientes ou pela aplicação de práticas pós-capitalistas.

Nesse assunto Chatterton e Pusey (2020) comentam que o pós-capitalismo é um conceito analítico e político em construção, mas o foco de análise são as práticas sociais que surgem como forma alternativa propagando a criação de bens comuns por meio de circuitos econômicos de produção de bens para benefícios sociais.

O cooperativismo de plataforma é um movimento emergente no mundo e de características únicas. A inovação se refere tanto ao modelo operacional como à proposta de valor que o modelo possui. Em relação ao modelo operacional a propriedade coletiva da

plataforma incentiva processos produtivos para criação de bens, no ambiente de produção as relações entre trabalhadores não buscam a produtividade alta para criação de rankings de desempenho, mas evidenciam o trabalho em equipe para poder ter resultados mais satisfatórios socialmente.

Em relação à capacidade de gerar nova proposta de valor, o terceiro componente do processo diz respeito a essa capacidade, o ambiente de trabalho democrático das cooperativas de plataforma visa promover mudanças internas relacionadas a maior participação e comprometimento dos membros na cooperativa. Battilana et al., (2022) comentam que a participação comprometida é gerada pela conscientização do valor do trabalho para os/as trabalhadores/as, que os/as move a ter posicionamentos críticos e políticos internamente e externamente divulgando os valores de democratização, sustentabilidade social e econômica e o potencial da internet do povo.

Os estudos sinalizaram também para a importância de uma agenda ampla de pesquisas em administração que possua as seguintes temáticas: a relação entre a tecnologia digital e a aprendizagem organizacional pela integração de usuários com domínio dos saberes tecnológicos e dos usuários sem o domínio dos saberes tecnológicos avançando nas pesquisas sobre aprendizagem organizacional nos três níveis de análise (individual, grupal e organizacional); a subjetividade de trabalhadores em organizações mais democráticas; os processos produtivos planejados e organizados para criar bens comuns; a relação entre a governança democrática e a inserção social em cooperativas de plataformas, o papel da tecnologia para tornar o trabalho menos alienante e precário; e a participação do Brasil no debate sobre políticas públicas para o cooperativismo de plataforma.

Interessante realçar também que as dimensões de implicações elencadas se constituem como tentativas de resgate de condições de trabalho que reposicionam os fundamentos do trabalho decente, tão defendido atualmente, constando inclusive como temática prioritária declarado como meta 8 do documento das Nações Unidas de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que aglomera objetivos firmados pelos principais países do mundo.

5 Conclusão

O cenário econômico digital está dominado pelas plataformas digitais, organizadas em um mercado de oligopólio que concentra a oferta de bens e serviços com poucas empresas na Gig Economy. O ponto máximo de eficiência da Gig economy não se relaciona a capacidade escalar de produção, mas na atração de trabalhadores/as informais que se arriscam no trabalho sob demanda a fim de obter flexibilidade de horários e “autonomia” (Battilana et al., 2022).

Porém, a realidade dos horários flexíveis demonstra verdadeiramente a precarização do trabalho em dimensões complexas, que se referem ao aprofundamento da redução de direitos trabalhistas com vínculos sem contrato de trabalho e ao isolamento do/a trabalhador/a pelo estímulo de ser empreendedor digital, cujo formato enfraquece a ação coletiva (Cañada et al., 2023).

Contraopondo-se a esse cenário da Gig economy as cooperativas de plataformas são alternativas organizacionais baseadas na propriedade e governança democrática. O propósito inovador das cooperativas está na oferta de empregos informais com mais condições de distribuição de riqueza social entre os membros e autonomia para gestão dos/as trabalhadores/as (Charles et al., 2020).

As implicações geradas pela realidade da precariedade do trabalho informal nessas plataformas digitais permitem às cooperativas de plataformas mais inserção social e territorial para promover as práticas de produção de bens sociais que geram benefícios aos/as membros/as e a comunidade local (Bauwens & Ramos, 2018). A realidade ainda se mostra desafiadora para essas organizações emergentes, mas elas são as apostas de respostas organizacionais ao

problema social do esgotamento do modelo capitalista que traz desigualdades sociais e a crise da democracia.

Os resultados desse trabalho indicam a emergência de resgatadas as condições de trabalho decente no esforço de pesquisas científicas, como forma de dar a esta temática em suas várias dimensões - qualidade de vida, ambiente democrático, solidariedade e distribuição de riqueza - o espaço e a voz próprios em um contexto de relações de trabalho cada vez mais desgastadas.

Ademais, parece curioso também que essas dimensões surjam em trabalhos que discutem relações cooperadas de trabalho, como vetor alternativo ao mainstream acadêmico historicamente marcado pelos interesses capitalistas. Que esse resultado possa inspirar outros estudos nesse sentido da busca por contextos e relações alternativas.

Notas de final de texto

¹ O Start é um software que auxilia nos procedimentos analíticos de construção do corpus de pesquisa de uma Revisão Sistemática da Literatura. Esse foi desenvolvido pelo Laboratório de Pesquisa em Engenharia de Software da Universidade Federal de São Carlos, São Paulo (UFSCAR).

² As expressões codificação e rotulação são utilizados de forma intercambiável neste artigo. De maneira análoga, os termos códigos e rótulos são usados como sinônimos.

Referências

- Antunes, R. (2020). *Privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. Boitempo editorial.
- Batista Duarte, R., Silva da Silveira, D., de Albuquerque Brito, V., & Lopes, C. S. (2021). A systematic literature review on the usage of eye-tracking in understanding process models. *Business Process Management Journal*, 27(1), 346–367. <https://doi.org/10.1108/BPMJ-05-2020-0207>
- Battilana, J., Yen, J., Ferreras, I., & Ramarajan, L. (2022). Democratizing Work: Redistributing power in organizations for a democratic and sustainable future. *Organization Theory*, 3(1). <https://doi.org/10.1177/26317877221084714>
- Bauwens, M., & Ramos, J. (2018). Re-imagining the left through an ecology of the commons: towards a post-capitalist commons transition. *Global Discourse*, 8(2), 325–342. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/23269995.2018.1461442>
- Bourdieu, P. (1989). *O PODER SIMBÓLICO*. Bertrand Brasil.
- Brasil (2017). *Lei n.13.467, de 13 de julho de 2017*. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm
- Braun, V.; Clarke, A. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, v.3, n.2, 77-101. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1191/1478088706qp063oa>
- Braun, V., Clarke, V. (2019). Reflecting on reflexive thematic analysis. *Qualitative Research in Sport, Exercise and Health*, v. 11, n. 4, 589-597. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/2159676X.2019.1628806>
- Cañada, E., Izcarra, C., & Zapata Campos, M. J. (2023). Putting Fairness into the Gig Economy: Delivery Cooperatives as Alternatives to Corporate Platforms. *Societies*, 13(3). <https://doi.org/10.3390/soc13030068>
- Charles, J., Ferreras, I., & Lamine, A. (2020). A freelancers' cooperative as a case of democratic institutional experimentation for better work: a case study of SMart-Belgium. *Transfer: European Review of Labour and Research*. 26(2), 157–174. <https://doi.org/10.1177/1024258920919686>

-
- Chatterton, P., & Pusey, A. (2020). Beyond capitalist enclosure, commodification and alienation: Postcapitalist praxis as commons, social production and useful doing. *Progress in Human Geography*, 44(1), 27–48. <https://doi.org/10.1177/0309132518821173>
- Braun, V., Clarke, V., Hayfield, N., Terry, G. (2019). Thematic Analysis. In: Liamputtong, P. (Org.). *Handbook of Research Methods in Health and Social Sciences*. Singapore: Springer, 843–860. https://link.springer.com/referenceworkentry/10.1007/978-981-10-5251-4_103
- Desantis, L.; Ugarriza, D. N. (2000). The concept of theme as used in qualitative nursing research. *Western Journal of Nursing Research*, v. 22, n. 3, 351–372. <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/019394590002200308>.
- Donthu, N., Kumar, S., Ranaweera, C., Sigala, M., Sureka, R. (2021). Journal of Service Theory and Practice at age 30: past, present and future contributions to service research. *Journal of Service Theory and Practice*, v. 31, n. 3, 265–295. <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/JSTP-10-2020-0233/full/html>
- Foramitti, J., Varvarousis, A., & Kallis, G. (2020). Transition within a transition: how cooperative platforms want to change the sharing economy. *Sustainability Science*, 15(4), 1185–1197. <https://doi.org/10.1007/s11625-020-00804-y>
- Fuchs, C. (2021). The Digital Commons and the Digital Public Sphere: How to Advance Digital Democracy Today. *Westminster Papers in Communication & Culture*. 16(1). 9–26. <https://doi.org/10.16997/wpcc.917>
- Gazeta do povo. (2018). Elon Musk admite que erro: o excesso de automação causou problemas para a Tesla. <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/nova-economia/elon-musk-admite-que-errou-o-excesso-de-automacao-causou-problemas-para-a-tesla-7d06fsqzi043om8v68uvilegp/>.
- Gough, D.; Oliver, S.; Thomas, J. (2017) *Introducing systematic reviews*. In: Gough, D.; Thomas, J. (Orgs.) *An introduction to systematic reviews*. London: SAGE Publications.
- Grohmann, R. (2022). Plataformas de propriedade de trabalhadores: cooperativas e coletivos de entregadores. *MATRIZES*. 16(1). 209–233. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v16i1p209-233>
- Jack, M. (2020). The socio-spatial installed base: Ride-hailing applications, parking associations, and precarity in tuk tuk driving in Phnom Penh, Cambodia. *Information Society*, 36(5), 252–265. <https://doi.org/10.1080/01972243.2020.1805247>
- Jamshidi, P., Ghafari, M., Ahmad, A., Pahl, C. (2012). *A Protocol for Systematic Literature Review on Architecture-Centric Software Evolution Research*. Dublin: Lero-The Irish Software Engineering Research Centre, Dublin City University. https://www.researchgate.net/profile/Pooyan-Jamshidi/publication/265488933_A_Protocol_for_Systematic_Literature_Review_on_Architecture-Centric_Software_Evolution_Research/links/54dcc62b0cf282895a3b21ff/A-Protocol-for-Systematic-Literature-Review-on-Architecture-Centric-Software-Evolution-Research.pdf.
- Jesson, J.; Matheson, L.; Lacey, F.M. (2011). *Doing Your Literature Review: Traditional and Systematic Techniques*. Thousand Oaks: Sage.
- Margaret, J. (2020). The socio-spatial installed base: Ride-hailing applications, parking associations, and precarity in tuk tuk driving in Phnom Penh, Cambodia. *The Information Society*, 36(5), 252–265. <https://doi.org/10.1080/01972243.2020.1805247>

-
- Magalhães, F. N. C. (2023). Popular Economies In, Against, and Through the Platform. *ANTIPODE*, 55(2), 527–547. <https://doi.org/10.1111/anti.12894>
- Metts, M. M. (2015). Cooperative Development: Thinking Outside the Boss. The Design for Co-Op Apps. *Internet Society*. <http://livestream.com/internetsociety/platformcoop/videos/105663835>
- Muldoon, J. (2020). *The Co-operativist Challenge to the Platform Economy*. <https://autonomy.work/wp-content/uploads/2020/09/Muldoon.pdf>
- Kitchenham, B. A., & Charters, S. (2007). Guidelines for performing Systematic Literature Reviews in Software Engineering. 4, 1–65. https://www.elsevier.com/__data/promis_misc/525444systematicreviewsguide.pdf.
- Papadimitropoulos, E. (2021). Platform Capitalism, Platform Cooperativism, and the Commons. *Rethinking Marxism*. 33(2), 246–262. <https://doi.org/10.1080/08935696.2021.1893108>
- Organização internacional do trabalho. ILO. (2021). *Plataformas de trabalho em busca de valor: um estudo sobre práticas de organização de trabalhadores e modelos de negócios na economia digital*. <https://cooperativismodeplataforma.com.br/novo-relatorio-da-oit-sobre-cooperativismo-de-plataforma/>.
- Sandoval, M. (2020). Entrepreneurial Activism? Platform Cooperativism Between Subversion and Co-optation. *Critical Sociology*, 46(6), 801–817. <https://doi.org/10.1177/0896920519870577>
- Scholz, T. (2016). *COOPERATIVISMO DE PLATAFORMA: Contestando a economia do compartilhamento corporativa*. Fundação Rosa Luxemburgo. Editora Elefante. Autonomia Literária.
- Scholz, T., & Schneider, N. (2016). *Ours to hack and to own: The rise of platform cooperativism, a new vision for The future of work and a fairer internet*. New York. USA. OR books.
- Scholz, T., Mannan, M., Pentzien, J., Plotkin, H. (2021). Policies for Cooperative Ownership in the Digital Economy. *Institute for the Cooperative Digital Economy*. <https://www.berggruen.org/ideas/articles/policies-for-cooperative-ownership-in-the-digital-economy/>.
- Schor, J. B., & Vallas, S. P. (2021). The Sharing Economy: Rhetoric and Reality. *Annual Review of Sociology*. 47, 369–389. <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-082620-031411>
- Silva Neto, V. J., Chiarini, T., & Ribeiro, L.C. (2022). Viagens de descobrimento: mapeando a geografia da economia de plataformas. 9(1).VI Encontro Nacional de Economia Industrial e Inovação. <https://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/viagens-de-descobrimento-mapeando-a-geografia-da-economia-de-plataformas-37219>
- Snyder, H. (2019). Literature Review as a Research Methodology: An Overview and Guidelines. *Journal of Business Research*, 104, 333-339. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2019.07.039>
- Terry, G.; Hayfield, N.; Clarke, V.; Braun, V.(2017).Thematic analysis. In: Rogers, W. S.; Wiling, C. (Orgs.). *The SAGE Handbook of Qualitative Research in Psychology*. London: SAGE Publications,17-37. https://books.google.com.br/books/about/The_SAGE_Handbook_of_Qualitative_Research.html?id=AAAniDgAAQBAJ&redir_esc=y
- Törnberg, P. (2023). How platforms govern: Social regulation in digital capitalism. *Big Data & Society*, 10(1), 205395172311538. <https://doi.org/10.1177/20539517231153808>
- Van Doorn, N. (2017). Platform labor: on the gendered and racialized exploitation of low-income service work in the ‘on-demand’ economy. *Information, Communication &*

- Society*.20(6).898–914.
<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1369118X.2017.1294194>
- Zanata, Rafael A. F. (2022). BUILDING PLATFORM COOPERATIVES IN BRAZIL. *Institute for Digital Cooperative Economy (ICDE)*.
<https://ia902208.us.archive.org/28/items/rafael-zanatta/Rafael%20Zanatta%20%28Mar%2014%29.pdf>
- Zhang, H.; Babar, M. A.; Tell, P. I. (2011). Identifying relevant studies in software engineering. *Information and Software Technology*, v. 53, n. 6, 625-637.
<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0950584910002260>

Apêndice A – Quadro 1 processo de construção de códigos, unidades de sentido e temas

Artigos	Segmentos	códigos	Unidade	Temas
Colocando equidade na economia GIG: Cooperativas de delivery como alternativas de cooperativas de plataforma.	“As cooperativas dessa forma provavelmente fornecem mais trabalhos estáveis e proteções sociais que indústrias como de costume, reduzindo suas margens de lucro e mostrando uma habilidade de fornecer serviços para nichos de mercado, como usuários de baixa renda e oportunidades de emprego para grupos marginalizados, como imigrantes” p.4	mais trabalhos estáveis e proteções sociais; oportunidades de emprego para grupos marginalizados	Estabilidade econômica	Distribuição de riquezas
Uma cooperativa de trabalhadores independentes como caso de experimentação de democracia institucional para um trabalho melhor: um estudo de caso da Smart-Bélgica	“Smart procura apoiar trabalhadores independentes em quase qualquer indústria, oferecendo a eles uma medida de estabilidade de renda e emprego, além de ferramentas para o desenvolvimento de carreira” p.3	Estabilidade de renda e emprego		
Ativismo empresarial? Cooperativismo de Plataforma entre Subversão e Cooptação	“Beneficiar membros, por exemplo, significa fornecer rendas regulares a membros trabalhadores e abordar o problema do trabalho precário e mão de obra gratuita” p.4			

Fonte: Elaborado com base em Clarke *et al.*, (2019)